

REALIDADE DO PVO

Sábado, 27 de setembro de 2025

Márcio Corrêa deu o "x"?

Página 2



Ano 01 - Edição 06



@realidadedopovo



www.realidadedopovo.com

POLÍTICA

Prefeitos blogueiros: a cidade como cenário, o povo como figurante

Página 5

DIVULGAÇÃO

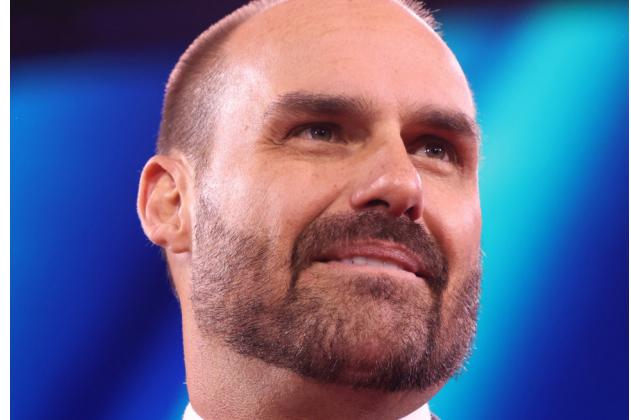


ANÁLISE

Eduardo kamikaze, Lula agradece

Página 5

DIVULGAÇÃO



CULTURA

As novelas vão para o formato TikTok

Página 8

DIVULGAÇÃO



REALIDADE POLÍTICA

PEC da segurança pública em Goiás

Página 2

DIVULGAÇÃO



TEMPO HOJE

Brasília



Máxima 27°C Mínima 16°C
Tendência Estável

Goiânia



Máxima 32°C Mínima 19°C
Tendência Estável

Anápolis



Máxima 28°C Mínima 17°C
Tendência Estável

Artigo

Tiago Augusto de Oliveira



Direito como poder

A efetividade de um "poder" se mede pela quantidade de indivíduos que cumprem determinada ordem, deste modo a eficácia de uma decisão jurídica se mede pela extensão de seu cumprimento ou não, e seu cumprimento está diretamente relacionado ao grau de justiça que a mesma produz objetivamente na relação entre as pessoas ou entre o Estado e o cidadão.



Quando o congresso, uma assembleia legislativa, uma câmara municipal ou até mesmo uma assembleia constituinte se reúne a sociedade já existe e funciona em sua organicidade, de modo que não cabe a políticos criarem racionalmente tal ou qual lei, se não que captar por essa mesma razão, na realidade a legislação que ordenará o Estado. Em sentido latu, a Constituição de um país é sua lei fundamental, e deve garantir basicamente, a divisão das funções de órgãos estatais, a segurança, ordem econômica e a garantia dos direitos dos cidadãos estruturando a ordem social.

Entretanto, quanto mais aspectos da vida civil são contemplados na constituição, maior o poder transferido à juízes, quando se constitucionaliza um ramo da vida, acontece uma transferência de poder de agentes políticos eleitos para o judiciário, esfera a qual terá incumbência da última palavra sobre o tema. A uma primeira vista, no afã nacional pelo fim da ditadura militar a então assembleia nacional constituinte na década de oitenta e todas as legislações posteriores com infundáveis emendas constitucionalizaram todos os aspectos da vida social brasileira.

O que foi vendido não foi entregue. Após mais de três décadas da sétima constituição da história nacional, com todas as emendas realizadas, o que não contaram para o cliente foi que por trás de todos esses direitos na verdade o que se operou foi uma estratégia de manutenção da hegemonia das elites econômicas e políticas. O autor americano Ran Hirschl escreveu que a estratégia é bem simples: em momentos de incerteza quanto às tendências do eleitorado ou de perda efetiva de influência política, faz mais sentido transferir ao poder judiciário certas decisões políticas, como forma de retirá-las do cenário político/electoral, ainda mais se existir perspectiva de continuar influenciando o preenchimento de cargos naquele poder. Alguma semelhança com a estrutura e o funcionamento institucional brasileiro?

Tal fato resulta no seguinte, juízes, principalmente nas cortes superiores, - mas não só, a estrutura que obriga advogados, juízes e promotores ao rito do "beija mão" para o ganho de prestígio e até mesmo a conquista de postos de poder no judiciário – faz com que os magistrados decidam conforme aqueles que os indicaram, por partilharem da mesma ideologia.

Ante tamanha desordem no judiciário, me remeto ao grande advogado Sobral Pinto, figura esquecida e importantíssima na história do judiciário nacional, paladino incansável da justiça, e me recorda de que historicamente e constitucionalmente o advogado é essencial na administração da justiça e na defesa do estado de direito. Do contrário, falsear essa função, ou tornar o advogado um mero figurante no processo judicial fará com que todo o sistema jurídico e político brasileiro caia em paralisação, desordem e subversão como escreveu Rui Barbosa em sua Oração aos Moços.

Os cursos de Direito oferecidos atualmente, nada mais são que cursos de "códigos". Juristas e historiadores do Direito não tem gosto de se cansar quanto a problemas filosóficos. Estuda-se o código e as leis, depois, os acordões de jurisprudência, são todos contados como fontes do Direito. Na realidade, os juristas seguem exclusivamente os passos de seu círculo, tal qual um trabalhador opera uma máquina industrial e não tem a preocupação em saber quais etapas foram necessárias à construção do equipamento. Leciona-se e opera-se o Direito de acordo com a corrente jurídica da moda, essa é a principal causa da fragilidade e insegurança jurídica atual.

A crença dogmática de que a constitucionalização de direitos sociais e a guarda do judiciário sobre essas pautas constitui uma força de mudança social livre dos grilhões do poder político eleitoral é um entrave para o avanço do Brasil como um país efetivamente livre. A sociedade brasileira ainda não está intelectualmente madura o suficiente para a discussão dessa mazela que trava a parca democracia verde e amarela.

Tiago Augusto de Oliveira é Advogado e radialista

Felipe Neiva
felipeneiva@realidadedopovo.com

Fotos: Divulgação

Realidade POLÍTICA
Estamos por fio

Anápolis e Goiânia enterraram, em menos de uma semana, duas vítimas daquilo que já virou rotina nas ruas: fios soltos, postes abarrotados de cabos inúteis, fiscalização que só aparece para foto e tragédia anunciada. Um menino de 10 anos em Anápolis e uma adolescente de 17 em Goiânia pagaram com a vida o preço da incompetência.

As prefeituras correram para os microfones, anunciaram decretos, abriram "forças-tarefa" e

empurram a população para aplicativos de denúncia, como se fosse dever do cidadão mapear o desasco que deveria ser preventivo pelo poder público.

Enquanto isso, gestores e concessionárias disputam quem escreve a nota mais bonita de pesar, sempre acompanhada de uma desculpa, de uma acusação velada ou de uma promessa para o futuro.

Responsabilidade? Essa fica pendurada nos mesmos postes



que enfeitam a cidade com cabos caindo sobre as calçadas.

O resultado é cruel e evidente: vidas perdidas, famílias deslocadas e gestores apressados em se livrar da culpa. Porque fio partido mata, mas fio partido de responsabilidade política mata ainda mais.

Aqui você "intorta" "obico!

Mesmo com parecer contrário do Ministério Público e tudo, Márcio manteve firme a decisão de fechar o Centro de acolhimento a moradores de rua. A medida, que já gerou críticas por colocar vidas vulneráveis em risco, ganhou ainda mais tom de afronta quando o prefeito sugeriu publicamente que, se juiz ou promotor quiserem mandar no Executivo, que concorram às eleições para prefeito para sentar-se na cadeira de chefe do Executivo.

O recado é claro: hierarquia e autoridade valem mais do que pareceres técnicos ou recomendações legais, e o poder municipal se apresenta mais como demonstração de força do que como responsabilidade social. Enquanto isso, quem depende do serviço fica à própria sorte, e o debate sobre proteção de vidas parece secundário diante da exibição de poder.

Tesoura nos médicos

S andro M a b e L (U n i ã o) quer mos trar que g e s t à o p ú b l i c a pode ser s im ples: basta de cidir cor tar salários de médicos, e pronto, a rede pública de saúde entra no caos quase que instantaneamente. O impacto? Previsível, mas aparentemente irrelevante para o prefeito. Enquanto isso, comissão de saúde, vereadores, conselho de saúde e outros organismos "ocupados em protestar" tentam reagir, esperneiam e emitem notas, mas a impressão é clara: nenhum argumento técnico ou apelo ético será suficiente para deter a tesoura do Executivo.



O recado de Mabel é direto e cru: gestão é decreto, fiscalização é secundária, médicos que cuidem da população e não dos próprios salários, afinal, a prioridade é mostrar poder, e o caos, como sempre, é apenas efeito colateral. É claro que não vai dar certo

Começou
e parou

O prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa (PL), a nunciou em grande estilo uma faxina urbana, teve até vídeo nas redes sociais mostrando retirada de fios emaranhados dos postes, a promessa de uma cidade mais limpa, mais organizada, mais segura. O prefeito de Goiânia, Sandro Mabel (União), não ficou atrás, falou em mutirões, em recuperar a cidade, em devolver dignidade às ruas.

Parecia o início de uma revolução urbana, mas o que se viu depois foi silêncio, um silêncio tão pesado quanto os cabos que continuam pendurados nas calçadas. Em Anápolis, a tal ação de retirada de fios não passou da encenação inicial, uma peça para o Instagram, afinal, a vida real não rende likes como a pose de um corte simbólico de cabos em frente às câmeras. Em Goiânia, o discurso da limpeza virou cortina de fumaça, enquanto os fios soltos seguiam ignorados, até que um temporal mostrou o resultado da maquiagem, uma adolescente morta no centro da cidade. A fiação continua solta, a cidade continua em risco, e a única coisa bem organizada parece ser a agenda de postagens.



Choveu, f...

Começaram as chuvas e, como sempre, a tradição de desastres e alagamentos segue firme, forte e imbatível. Marginal Botafogo? Só dá para atravessar de barco. Em Anápolis, mais um desabamento: o muro de contenção do viaduto do Recanto do Sol resolveu ceder, mantendo a famosa sequência de "sempre que tem obra grande, algo

cai".

Quem não se lembra da gigantesca laje de um pavimento inteiro do Brasil Park Shopping que despenhou anos atrás? Pois é, a cidade segue colecionando histórias de "azar" construtivo. Pelo jeito, a zica é local e persistente, e a lição é clara: obra grande em Anápolis não é apenas um risco, é praticamente um espetáculo de desastre garantido. Eu hein, sai pra lá!



Anfíbios

Não custa lembrar, que, em Anápolis, a água tem pressa e tradição, porque a cidade quase se transforma em "Atlântida" quando chove. A baixada do Sapo, na Amazília Lino, segue fiel à fama: alaga completamente e, como nos anos anteriores, não recebeu nenhum tratamento especial para prevenção contra desastres já repetidos, nem mesmo para evitar tragédias que custaram vidas.

Outro ponto de atenção é o viaduto do Anápolis City. Alvo recente de obras de mobilidade, o local sempre foi um cartão-postal de enchentes, alagando com a menor chuva. A grande questão é: será que agora resolveu? A dúvida paira, porque tradição é tradição, e em Anápolis, ela parece ter memória longa, diferente dos políticos.



Aqui não, pica-pau

O prefeito Márcio Corrêa (PL) determinou o fechamento do Centro POP, o equipamento que atende pessoas em situação de rua, e tratou o episódio como demonstração de poder. A justificativa oficial é sempre elegante, fala em reorganização, manutenção ou medidas estratégicas, mas o recado que sobra é claro: quem manda aqui sou eu.

CIDADES

Prefeitos blogueiros: a cidade como cenário, o povo como figurante

Há quem diga que ser prefeito é uma das tarefas mais difíceis da política. Coordena-se uma máquina gigante, milhares de servidores, dezenas de secretarias, problemas diários que não dão trégua.

João Gabriel

Mas em Anápolis e Goiânia parece que descobrimos a fórmula mágica para driblar a chatice da gestão, transformar o cargo em palco de influencer. Viramos laboratório do "prefeito-blogueiro", onde a prefeitura não é mais espaço de governo, mas estúdio de gravação.

O gabinete? Vazio. A mesa? Decorativa. O plano de governo? Um figurino esquecido no armário. O que importa mesmo é o celular carregado e a equipe de mídia sempre pronta para capturar o "momento espontâneo". Governar virou produzir conteúdo. O povo virou plateia. A cidade virou cenário.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Mesas de trabalho vazias, engajamento das redes sociais bombando

Enquanto isso, as finanças da cidade estão em completa desordem, a saúde pública continua em estado de UTI e a educação mendiga atenção. Mas calma, para cada fracasso, um vídeo soridente, para cada fila de hospital, uma postagem animada, para cada

aluno sem sala de aula, um reels com música de fundo. E assim seguimos, embalados pela ilusão de que engajamento se traduz em gestão.

É uma troca perversa, o suor que deveria ser gasto em reuniões técnicas é convertido em minutos de

gravação. A seriedade que deveria reger contratos e licitações vira pose ensaiada na frente de câmera. O prefeito que deveria assinar decretos prefere assinar legendas. É fácil, é leve, é divertido, mas é também irresponsável.

A bomba-relógio admi-

nistrativa não é metáfora exagerada. Ela está armada. Porque toda essa maquiagem digital não apaga o fato de que problemas não resolvidos acumulam juros. O ônibus que quebra hoje por falta de manutenção será frota inteira parada amanhã. O remédio que falta hoje

será epidemia descontrolada amanhã. O buraco que não é tapado hoje será cratera engolindo carros amanhã. Mas nada disso cabe em stories de quinze segundos, então que espere.

A população, claro, também é cúmplice involuntária. Curte, compartilha, comenta "parabéns prefeito" sem perceber que a curtida não se converte em escola aberta nem em posto de saúde funcionando. E, quando a realidade pesa, descobre tarde demais que a cidade não se governa com filtro, ring light e bordão ensaiado.

O drama é que prefeitos-blogueiros nunca encaram o espelho sem filtro, só a câmera, só o ângulo, só o like. O que deveria ser política virou performance, o que deveria ser governo virou entretenimento barato.

E quando a encenação acabar, quando os holofotes se apagarem, quando a paciência da cidade for embora, restará a pergunta inevitável, quem vai administrar o estrago? Porque até lá, o povo só terá sido figurante de uma peça ruim, aplaudindo sem saber que o ingresso foi pago com impostos.

JUSTIÇA

Palanque particular, verba pública: o alerta do STJ

João Gabriel

O recado do Superior Tribunal de Justiça foi seco e necessário, a internet não é terra sem lei nem palanque institucional disfarçado. Ao autorizar o prosseguimento da ação de improbidade contra João Doria por uso de imagens publicitárias do programa "Asfalto Novo" em suas redes pessoais, a Segunda Turma do STJ sinalizou que a fronteira entre comunicação institucional e autopromoção já não pode ser borrada à vontade por gestores públicos.

A decisão tem razão de ser. Não é só uma questão de etiqueta política, é princípio constitucional. O problema concreto ali foi composto por três elementos combinados, (1) conteúdo claramente publicitário do programa, (2) a veiculação em perfis pessoais do gestor e (3) indícios de que verba pública e estrutura administrativa foram empregados para produzir e impulsivar esse conteúdo. Para o



O STJ está de olho nos prefeitos

Tribunal, essa convergência foi suficiente para deixar evidente o risco de promoção pessoal e o desvio de finalidade do gasto público.

O alerta não é exclusivo para quem já ocupa holofotes nacionais. Prefeitos, secretários e agentes municipais aprendem, com esta jurisprudência em formação, que postar foto de pavimentação, inauguração ou ônibus novo em perfil pessoal pode deixar de ser "comunicação" para virar "campanha". A Associação Mineira de Municípios (AMM) e outras entidades já

se debruçam sobre orientações práticas para gestores, justamente para evitar que o aparato público seja transformado em ferramenta de marketing pessoal. Em resumo, contas pessoais não são um "canal oficial" meramente por conveniência.

A crítica que cabe ao mundo político é dupla. Primeiro, a hipocrisia procedural, durante anos a máquina pública foi adaptada para alimentar narrativas de gestão, relatórios, postagens, vídeos, outdoors, muitas vezes com critérios tão flexíveis que

viravam propaganda direta do governante. Agora que o Judiciário começa a apertar a rédea, reclama-se que "não se pode proibir" a divulgação de ações públicas.

Precisamos romper com essa falsa dicotomia, informar a população é dever do gestor, transformar o contribuinte em produtor de conteúdo para engranecer o mandatário é improbidade.

Segundo, há um custo democrático e fiscal nisso tudo. Quando recursos públicos, dinheiro, servidores, contratos de mídia, são usa-

dos para fins que beneficiam a imagem pessoal, duas coisas ocorrem, os serviços reais perdem prioridade e a confiança pública se corrói. O cidadão que paga impostos tem o direito de ver aqueles recursos usados para obras, políticas públicas e serviços, não para turbinar a carreira eleitoral de quem ocupa um gabinete. E juridicamente isso é grave, além da improbidade, há risco de responsabilizações administrativas e até criminais se ficar demonstrado o desvio de finalidade.

Há argumentos, claro, de que o gestor tem direito à liberdade de expressão e que redes pessoais servem para comunicação direta com eleitores. Mas a liberdade de expressão não é um salvo-conduto para converter função pública em palco privado. O equilíbrio que a Constituição exige passa pela impessoalidade, não usar o cargo para vantagens pessoais, moralidade e publicidade, esta última entendida como transparê-

ncia institucional, não como marketing de celebridade. A linha é fina, mas o STJ mostrou que ela existe, e que pode ter consequências reais quando cruzada.

Por fim, uma advertência prática, gestores e equipes de comunicação precisam urgentemente de protocolos claros. Quem administra uma prefeitura ou uma secretaria não pode improvisar formato e finalidade de conteúdo. Contratos de publicidade devem explicitar escopo, faturamento e justificativa técnica, servidores não podem ser deslocados para gerir perfis pessoais, e, em caso de uso de verba institucional, a postagem deve sair por canais oficiais, com linguagem informativa, sem apelo pessoal. O resto é sinal de má governança, e, como o STJ sinalizou, terreno fértil para ações judiciais.

A política pública decente não precisa de backstage publicitário, precisa de resultados, clareza e respeito aos princípios que regem a coisa pública.

@realidadedopovo



E AINDA
1.000
PRÊMIOS

PROMOÇÃO PRA RANCHEIRO EU TIRO O CHAPÉU

Concorra a ingressos para o show da Ana Castela com visita ao camarim e direito a um acompanhante. São 8 sortudos que vão conhecer a boiadeira pessoalmente!



Kits de
produtos
Rancheiro

RANCHEIRO

100g

POLÍTICA

Direita ensaia frente ampla, Nordeste vira o nó, e a sanha de Eduardo pode afundar Tarcísio

A direita brasileira tenta se reinventar e, nos bastidores, articula a formação de uma frente ampla para 2026, algo que até "ontem" era motivo de deboche contra o adversário.

Eube Messias

O nome da vez é Tarcísio de Freitas (Republicanos), o governador de São Paulo que virou a esperança do bolsonarismo palatável, aquele que não assusta o centro mas ainda carrega a bêncão do ex-chefe.

O problema é conhecido e persistente, o Nordeste. Ali, Lula (PT) continua dono do campo e goleia a direita em todas as eleições. É justamente por isso que, nas conversas de bastidores, surge a ideia de um pacto quase improvável, trazer para a chapa alguém de centro-esquerda, com raízes no Nordeste, para tentar rachar o eleitorado lulista. O nome que circula



O Lula "nacionalista" na ONU

é o de Ciro Gomes (PDT), que há décadas cultiva mais derrotas do que vitórias mas ainda carrega prestígio regional suficiente para ser usado como contrapeso.

Não seria novidade. Em 2022, o PT fez exatamente isso ao atrair Geraldo Alckmin (PSB), um homem de

centro-direita, e com essa jogada matou dois coelhos, alargou o eleitorado de Lula (PT) e desarmou o discurso de que o petismo não sabia dialogar além da própria bolha. O resultado todos viram, Lula venceu e o bolsonarismo amargou a derrota. Agora, o PL sonha em usar o feitiço contra o



Eduardo Bolsonaro, o "ungido"

feiticeiro.

Mas enquanto Tarcísio tenta se equilibrar no fio da navalha, há um obstáculo que nenhum marqueteiro resolve, a sanha de Eduardo Bolsonaro (PL). O deputado insiste em se autopromover candidato, repete sem cerimônia que, se o pai não puder, ele será o escolhido, como se o bolsonarismo fosse um cartório familiar com herança automática. O detalhe incômodo é que Jair Bolsonaro (PL) não dis-

se uma palavra, mas o filho já se veste de sucessor e coloca o campo conservador na iminência de uma guerra interna.

Se essa fissura não for controlada, Tarcísio corre o risco de virar um ensaio que nunca estreia. Por um lado, precisa dos votos do núcleo bolsonarista, por outro, sabe que carregar os excessos de Eduardo é a receita perfeita para afastar o centro. No fim,

a direita pode acabar rachada pela vaidade, imiplodida por um clã.

A ironia é cruel, enquanto o PT mostrou maturidade em 2022 ao abrir espaço até para um ex-rival histórico como Alckmin, a direita se mostra incapaz de engolir os próprios egos. Se conseguir se unir em torno de Tarcísio com um vice nordestino de peso, pode surpreender, se a vaidade de Eduardo prevalecer, Lula agradece de camarote.

ANÁLISE

Eduardo kamikaze, Lula agradece

Eube Messias

O recado do Superior Tribunal de Justiça foi seco e necessário, a internet não é terra sem lei nem palanque institucional disfarçado. Ao autorizar o prosseguimento da ação de improbidade contra João Doria por uso de imagens publicitárias do programa "Asfalto Novo" em suas redes pessoais, a Segunda Turma do STJ sinalizou que a fronteira entre comunicação institucional e autopromoção já não pode ser borrada à vontade por gestores públicos.

A decisão tem razão de ser. Não é só uma questão de etiqueta política, é princípio constitucional. O problema concreto ali foi composto por três elementos combinados, (1) conteúdo claramente publicitário do programa, (2) veiculação em perfis pessoais do gestor e (3) indícios de que verba pública e estrutura administrativa foram empregados para produzir e impulsivar esse conteúdo. Para

o Tribunal, essa convergência foi suficiente para deixar evidente o risco de promoção pessoal e o desvio de finalidade do gasto público.

O alerta não é exclusivo para quem já ocupa holofotes nacionais. Prefeitos, secretários e agentes municipais aprendem, com esta jurisprudência em formação, que postar foto de pavimentação, inauguração ou ônibus novo em perfil pessoal pode deixar de ser "comunicação" para virar "campanha". A Associação Mineira de Municípios (AMM) e outras entidades já se debruçam sobre orientações práticas para gestores, justamente para evitar que o aparato público seja transformado em ferramenta de marketing pessoal. Em resumo, contas pessoais não são um "canal oficial" meramente por conveniência.

A crítica que cabe ao mundo político é dupla. Primeiro, a hipocrisia procedural, durante anos a máquina pública foi adaptada para alimentar narra-



Tarcísio, esperar pode ser o melhor caminho

tivas de gestão, relatórios, postagens, vídeos, outdoors, muitas vezes com critérios tão flexíveis que viravam propaganda direta do governante. Agora que o Judiciário começa a apertar a rédea, reclama-se que "não se pode proibir" a divulgação de ações públicas. Precisamos romper com essa falsa dicotomia,

informar a população é dever do gestor, transformar o contribuinte em produtor de conteúdo para engrandecer o mandatário é improbidade.

Segundo, há um custo democrático e fiscal nisso tudo. Quando recursos públicos, dinheiro, servidores, contratos de mídia, são usados para fins que

beneficiam a imagem pessoal, duas coisas ocorrem, os serviços reais perdem prioridade e a confiança pública se corrói. O cidadão que paga impostos tem o direito de ver aqueles recursos usados para obras, políticas públicas e serviços, não para turbinar a carreira eleitoral de quem ocupa um gabinete. E juridicamente isso é grave, além da improbidade, há risco de responsabilizações administrativas e até criminais se ficar demonstrado o desvio de finalidade.

Há argumentos, claro, de que o gestor tem direito à liberdade de expressão e que redes pessoais servem para comunicação direta com eleitores. Mas a liberdade de expressão não é um salvo-conduto para converter função pública em palco privado. O equilíbrio que a Constituição

exige passa pela impessoalidade, não usar o cargo para vantagens pessoais, moralidade e publicidade, esta última entendida como transparência

institucional, não como marketing de celebridade. A linha é fina, mas o STJ mostrou que ela existe, e que pode ter consequências reais quando cruzada.

Por fim, uma advertência prática, gestores e equipes de comunicação precisam urgentemente de protocolos claros. Quem administra uma prefeitura ou uma secretaria não pode improvisar formato e finalidade de conteúdo. Contratos de publicidade devem explicitar escopo, faturamento e justificativa técnica, servidores não podem ser deslocados para gerir perfis pessoais, e, em caso de uso de verba institucional, a postagem deve sair por canais oficiais, com linguagem informativa, sem apelo pessoal. O resto é sinal de má governança, e, como o STJ sinalizou, terreno fértil para ações judiciais.

A política pública decente não precisa de backstage publicitário, precisa de resultados, clareza e respeito aos princípios que regem a coisa pública.

CENÁRIO

Inclusão digital com Starlink: governo leva internet ao campo e já beneficia municípios do Noreste Goiano

DIVULGAÇÃO

A inclusão digital já é realidade para agricultores familiares em Goiás.

Leandro Fox

Com o Programa Cidadão Tech Campo, a internet de alta velocidade chega a comunidades antes desconectadas, levando oportunidades de estudo, negócios e informação para mais de 1.500 famílias em 19 municípios.

A iniciativa do Governo de Goiás é fruto da parceria entre o Gabinete de Políticas Sociais, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e da Emater Goiás.

O programa já instalou 92 antenas gratuitas em povoados e assentamentos rurais.

A tecnologia de satélites

de baixa órbita Starlink garante conexão mesmo em regiões remotas, e promove a inclusão digital, ampliando o acesso à educação e fortalecendo o desenvolvimento rural sustentável.

Até março de 2026, o número de pontos de acesso deve chegar a 221 propriedades, com investimento superior a R\$ 3 milhões.

Para o presidente da Emater Goiás, Rafael Gouveia, o programa promove infinitas possibilidades para as famílias rurais beneficiadas. Para ele a chegada da internet ao campo é mais do que um avanço tecnológico, é inclusão social.

“Conectamos famílias que antes viviam isoladas, dando a elas a oportunidade de acesso a serviços públicos digitais, notícias, oportunidades de emprego e capacitação”.

“Cada antena instala-



Emater, inclusão digital: governo leva internet ao campo e já beneficia 1.500 famílias

da é uma porta aberta para o futuro, garantindo que produtores rurais possam participar de forma ativa na sociedade e tenham as mesmas chances de desenvolvimento de quem vive na cidade”, destaca.

A seleção das famílias beneficiadas foi realizada com o apoio da Emater Goiás, que acompanha de perto a realidade das comunidades e trabalha para garantir que as políticas públicas cheguem até famílias mais isoladas do estado.

Entre os critérios de escolha, estavam a ausência de infraestrutura de conectividade, a comprovação de atividade produtiva ativa e o cadastro no CadÚnico. Já a Secti é responsável por instalar os equipamentos e assegurar a qualidade do sinal de internet.

No Povoado Kalunga Engenho II, em Cavalcante, 24 antenas já foram instaladas, beneficiando diretamente 390 famílias.

Para o estudante Joel Maia, do Agrocolégio Esta-



Meta do programa é ampliar o alcance, conectando novas comunidades e garantindo que cada vez mais famílias rurais tenham acesso à informação, oportunidades e qualidade de vida no campo

dual Maguito Vilela, a mudança foi significativa.

“Quando chove e a energia acaba ficamos até dois dias sem internet. A gente não tinha acesso, tentávamos pegar o sinal da vizinha, mas, pela distância, também não era possível. Já cheguei a ficar sem fazer trabalho da escola por falta de conexão”, lembra o estudante.

A mãe de Joel, Joanilda Francisco Maia, diz que a vida tem outro rumo depois que a antena chegou. E, agora, a lavradora e artesã sonha alto.

“Vai melhorar nossa

comunicação e aperfeiçoar nosso conhecimento. Como eu só tenho o ensino médio, agora vou realizar o sonho de fazer faculdade e a internet vai ser essencial para se tornar realidade”, afirma a mãe do estudante.

Em Divinópolis de Goiás, quatro antenas foram instaladas, conectando 11 famílias. Para o agricultor Osvaldino José Carvalho, da Comunidade Mucambo Firme, a mudança trouxe mais agilidade para o dia a dia.

“Antes, nos sentíamos isolados. Agora temos conexão com o pessoal da ci-

dade, conseguimos resolver tudo com mais rapidez. Estou muito satisfeito e espero que outros agricultores também sejam contemplados”, diz.

Até o momento, o programa já atendeu 24 famílias em Cavalcante, 13 em Teresina de Goiás e 7 em São Domingos. Também foram contemplados os municípios de Alvorada do Norte, Buritinópolis, Divinópolis de Goiás, Guarani, Iaciara, Nova Roma, Posse e Sítio d’Abadia, com 4 famílias cada.

Damianópolis, Mambaí, Monte Alegre e Simolândia receberam 3 antenas cada, enquanto Formosa e Luziânia contam com 2 famílias atendidas. Cristalina e Flores de Goiás completam a lista, com 1 família beneficiada em cada localidade.

A meta é ampliar o alcance, conectando novas comunidades e garantindo que cada vez mais famílias rurais tenham acesso à informação, oportunidades e qualidade de vida no campo.



Estudante Joel Maia, do Agrocolégio Estadual Maguito Vilela. “Já cheguei a ficar sem fazer trabalho da escola por falta de conexão”, lembra

COMENTÁRIO

A antena como ponto de partida, o que vem depois da conexão

Eube Messias

A chegada da Starlink ao campo goiano, via Programa Cidadão Tech Campo, é muito mais do que um noticiário sobre tecnologia, é o estalo inicial de um processo de transformação social e econômico que pode reconfigurar comunidades rurais inteiras.

Instalar 92 antenas (com meta de 221 até março de 2026) e conectar famílias isoladas cria oportunidades concretas, ensino a distância, acesso a serviços públicos, comércio eletrônico e assistência técnica, mas também abre uma nova

fase de desafios e escolhas que vão definir se esse investimento vira desenvolvimento sustentável ou só mais um projeto piloto bem-intencionado.

No curto prazo, o impacto é direto e mensurável. Estudantes como Joel terão menos interrupções em estudos e trabalhos escolares, produtores terão acesso a informações de preço, previsões climáticas e assistência técnica sem depender de deslocamentos longos, artesãos e pequenos empreendedores poderão divulgar produtos e atender clientes além da comunidade. Em localida-

des como Kalunga Engenho II, onde dezenas de antenas já estão em uso, essas mudanças começam a acabar com a sensação de isolamento, e isso, por si só, altera expectativas e planos de vida.

Mas a transformação real exige passos subsequentes, e é aí que mora o risco. Conectar sem planejar manutenção, capacitação e sustentabilidade energética é tornar as antenas itens de conforto temporário. A queixa de ficar sem internet por falta de energia, citada por moradores, revela a fragilidade estrutural, é pre-

ciso combinar a conexão com soluções de energia de reserva (microgeração, baterias comunitárias), assistência técnica regional e um cronograma claro de manutenção. Do contrário, o acesso vira frustração e descrença.

Há também a dimensão institucional, a parceria entre Gabinete de Políticas Sociais, Secti e Emater é apropriada, mas precisa evoluir para modelos de governança locais. Comunidades precisam de pontos de referência, escolas, associações ou cooperativas, que administrem o uso, ofereçam cursos de alfa-

betização digital, protejam dados pessoais e articulem projetos de geração de renda conectados à internet. Indicadores públicos claros, número de beneficiários ativos, horas de uso educacional, negócios gerados, solução de problemas técnicos, precisam ser divulgados periodicamente para avaliar impacto e corrigir rumos.

Finalmente, existe uma preocupação estratégica, depender de uma única plataforma privada para infraestrutura crítica traz riscos de custo futuro, mudanças contratuais ou limitações tecnológicas. O Estado

deve negociar cláusulas de manutenção e contingência, explorar tecnologias complementares e garantir que a inclusão digital não fique refém de uma lógica de curto prazo.

Em suma, a antena é a porta, essencial, mas o que vai determinar o legado do programa é o que vier depois dela, energia confiável, manutenção, formação e políticas públicas contínuas. Se isso for feito com transparência e planejamento, o pequeno arremesso de sinal poderá se converter no impulso duradouro que o campo goiano tanto precisa.

POLÍTICA

Márcio Corrêa deu o “X”?

Empréstimo de R\$ 756 milhões, herança com juros altos e a guerra de vídeos entre ex e atual prefeito, quem realmente levou a ultrapassagem?

Leo Batista

Quando Márcio Corrêa levou à Câmara Municipal o projeto para renegociar a dívida deixada pela gestão de Roberto Naves, ninguém imaginava que a sessão iria funcionar como uma volta final de Fórmula 1, com ultrapassagem, contra-ultrapassagem e muita fumaça no ar. O objeto em disputa é objetivo e pesado: autorização para refinanciar cerca de R\$ 756 milhões em empréstimos contraídos na administração anterior, com a justificativa oficial de melhorar prazos, obter carência e reduzir o custo dos juros.

Mas a pergunta que corre pelos corredores da prefeitura, pelos grupos de WhatsApp e pelas mesas de bar é simples e venenosa: Márcio Corrêa conseguiu dar o “X”? Na gíria das pistas, dar o X é aquela ultrapassagem que parece definitiva, só que, em frações, quem parecia ter a vantagem é de novo engolido pela manobra do adversário. Em política, o “X” tem formato diferente: aprovação de um projeto que promete salvar a cidade do aperto, mas que também pode ser visto como aceitar um freio de arrumação num carro que capotou nas mãos do antecessor.

O EMPRÉSTIMO: REMÉDIO OU BAND-AID PARA PEPINO ALHEIO?

A narrativa oficial é téc-



Naves e Corrêa, desavenças maiores que a cidade



nica e, à primeira leitura, razoável. Não se trata de contrair nova dívida para gasto corrente, mas de renegociar a dívida já existente, alongando prazos e buscando taxas melhores. Em outras palavras, trocar o sapato apertado por um tênis maior. Ainda assim, críticos lembram que o problema é o volume e a origem: o empréstimo anterior foi contraído em condições que muitos qualificam como desfavoráveis, com juros elevados e parcelas que, ironicamente, começariam a cair justamente no início da gestão de Corrêa. A promessa do refinanciamento é, portanto, amortizar esse presente de grego sem que a conta vire rompante fiscal no mandato atual.

Os números oficiais do relatório de transição e das contas mostram um cenário nada confortável, com resultado primário negativo e amortizações que comproveram o fluxo de caixa do município no último quadrimestre de 2024. O rombo orçamentário não é abstra-

to, ele se reflete em serviços, ambulâncias, obras paradas e programas que perderam ritmo.

POLÍTICA OU ADMINISTRAÇÃO? O X ENTRE TÉCNICA E ESPETÁCULO

Dizer que o projeto é puramente técnico é reduzir o debate. Trata-se também de escolha política. Aceitar alongar a dívida é reconhecer que o débito herdado merece solução coletiva, o que exige do atual prefeito capacidade de negociação e, sobretudo, pulso político com a Câmara.

Se a negociação realmente reduzir juros e criar carência, pode ser classificada como boa administração fiscal. Se, porém, for apenas um remanejamento que posterga a dor sem desembalar a causa, contratos mal feitos, obras mal orçadas, desvios de prioridades, então o “X” pode ser apenas um truque de pista, aquele em que o rival passa, festeja e, logo adiante, volta a ver a traseira do outro no próxi-

mo trecho.

A GUERRA DE PALAVRAS: “QUADRILHA” VS. “QUEM SÃO OS SEUS?”

A disputa tomou um tom pessoal e cinematográfico quando Márcio Corrêa afirmou, em discurso público, que a cidade havia sido “comandada por uma quadrilha” na gestão anterior. A pecha, de efeito imediato, foi rebatida com força por Roberto Naves, que publicou vídeo no qual pergunta ao atual prefeito se a “quadrilha” a que se refere inclui justamente pessoas que hoje ocupam cargos na prefeitura de Corrêa.

Foi uma reversão de acusações que transformou a ofensiva em reflexo em cadeia. Em minutos, a velada política virou troca de acusações públicas e vídeos com cortes potentes, ambos tentando sedimentar uma narrativa: um tentando limpar a imagem, outro defendendo o legado.

Aqui a política volta a parecer corrida de carros. As

críticas de Corrêa à gestão anterior tentam justificar a necessidade do refinanciamento. A resposta de Naves, por sua vez, tenta colocar pressão: “se há quadrilha, ela integra a nova administração”.

O efeito nas urnas não interessa agora, o que interessa é o possível desgaste institucional e a erosão de confiança pública enquanto se discutem juros, prazos e, sobretudo, responsabilidades.

O QUE ESTÁ EM JOGO NA PRÁTICA

Serviço público: alongar e reduzir o custo da dívida pode liberar caixa para saúde, educação e manutenção, ou apenas mascarar um buraco maior se não vierem ajustes na gestão de despesas.

Transparência e auditoria: a população tem o direito de saber exatamente como foi negociado o empréstimo anterior, quais garantias foram dadas e por que as parcelas ficaram tão altas a ponto de comprometer

ter um novo governo. Sem isso, o refinanciamento vira um ato técnico sem base pública de confiança.

Jogo político: aprovar o projeto e justificar o “remendo” é vitória administrativa para Corrêa, mas também dá munição para Naves mostrar que não foi só “herança ruim”. Há acusações cruzadas de má gestão e, em algumas frentes, de desvio de prioridades.

QUEM DEU O X?

Se a pista for apenas a aprovação do projeto, Márcio Corrêa conseguiu um ponto: obteve a autorização para renegociar R\$ 756 milhões e apresentou o argumento técnico de que isso melhorará o custo da dívida.

Mas se o critério for o resultado final: juros menores, carência que permita fôlego fiscal e, acima de tudo, um diagnóstico claro e público sobre o que aconteceu no empréstimo anterior, então ainda não dá para festejar a ultrapassagem.

O X pela metade é apenas a primeira manobra. A volta inteira depende das curvas seguintes: negociação com instituições financeiras, transparência na prestação de contas e capacidade de, finalmente, transformar o “presente de grego” em solução palpável para o cidadão.

Enquanto isso, pela plateia, a guerra de vídeos segue, com acusações, respostas e recados, política com muito gás no acelerador e pouca sinalização nas curvas. No fim, o eleitor é quem sente o desgaste e espera que a manobra no asfalto se traduza em menos juros, mais serviços e menos trocas de farpas.

Até lá, o “X” segue pendente: bonito na narrativa, incerto na prática.

ARTIGO

O Cartógrafo de Botequim e a Morte da Justiça

Jamess Miller Bessa

Vivemos na era dos cartógrafos de botequim, aqueles que, ao olharem para o mero desenho de um mapa, julgam-se aptos a decifrar todos os caminhos do mundo. Essa perigosa autoconfiança transbordou para o universo jurídico, onde o “achismo” se tornou a régua para medir a justiça, e a opinião desinformada ganhou o peso de um parecer técnico. A superficialidade com que tratamos o Direito é a certidão de óbito da pró-

pria justiça.

Esquecemos de que o Direito é uma ciência complexa, com método, história e linguagem próprios, tão exigente quanto a medicina ou a engenharia. Ninguém aceitaria um diagnóstico médico baseado em intuição, nem cruzaria uma ponte projetada por um palpiteiro. No entanto, assistimos passivamente à proliferação de râbulas modernos que, sem qualquer pudor, prescrevem soluções jurídicas a partir do senso comum, ignorando a profunda arqui-

tura de princípios que sustenta o edifício legal.

O filósofo Martin Heidegger, em sua busca pela verdade, descreveu o ato de desvelá-la como uma espécie de “roubo”. A verdade, para ele, precisava ser arrancada do véu que a enobrece. Interpretar o Direito é exatamente isso: um ato de desvelamento rigoroso, que exige arrancar o sentido genuíno da norma de seu ocultamento, e não simplesmente projetar sobre ela nossas vontades e preconceitos. O intérprete

sério “rouba” a verdade do texto. O néscio apenas se apropria dele.

Essa confusão se agrava quando não se distingue mais a Lei do Direito. A lei é a norma escrita, o corpo visível da regra. O Direito, contudo, é a alma, um sistema vasto que abarca princípios, valores e a própria ideia de equidade. O “achista” se apega à letra fria da lei, pois é tudo o que consegue enxergar, e com isso mutila o Direito, reduzindo-o a uma ferramenta simplista e, por vezes, brutal.

O cenário torna-se ainda mais sombrio na administração pública, onde a opinião de pessoas sem a devida qualificação técnica adquire força de ato administrativo. Decisões que afetam a vida de milhares são tomadas com base em interpretações rasas, gerando um ciclo de equívocos e injustiças. A máquina estatal, que deveria ser orientada pela técnica e pela prudência jurídica, passa a ser movida pela arrogância da ignorância.

Tratar o Direito como um campo aberto a qualquer

opinião é mais do que um erro intelectual. É um ato de profundo desrespeito com a própria ideia de justiça. É a validação do caos em detrimento da ordem, da vontade arbitrária sobre o princípio refletido. É a negação de que, para fazer o certo, é preciso, antes de tudo, saber o que é o certo.

Até quando permitiremos que a justiça seja pautada por quem nem sequer sabe ler o mapa, esquecendo que o Direito, antes de ser opinião, é uma ciência que se estuda?

CULTURA

As novelas vão para o formato TikTok

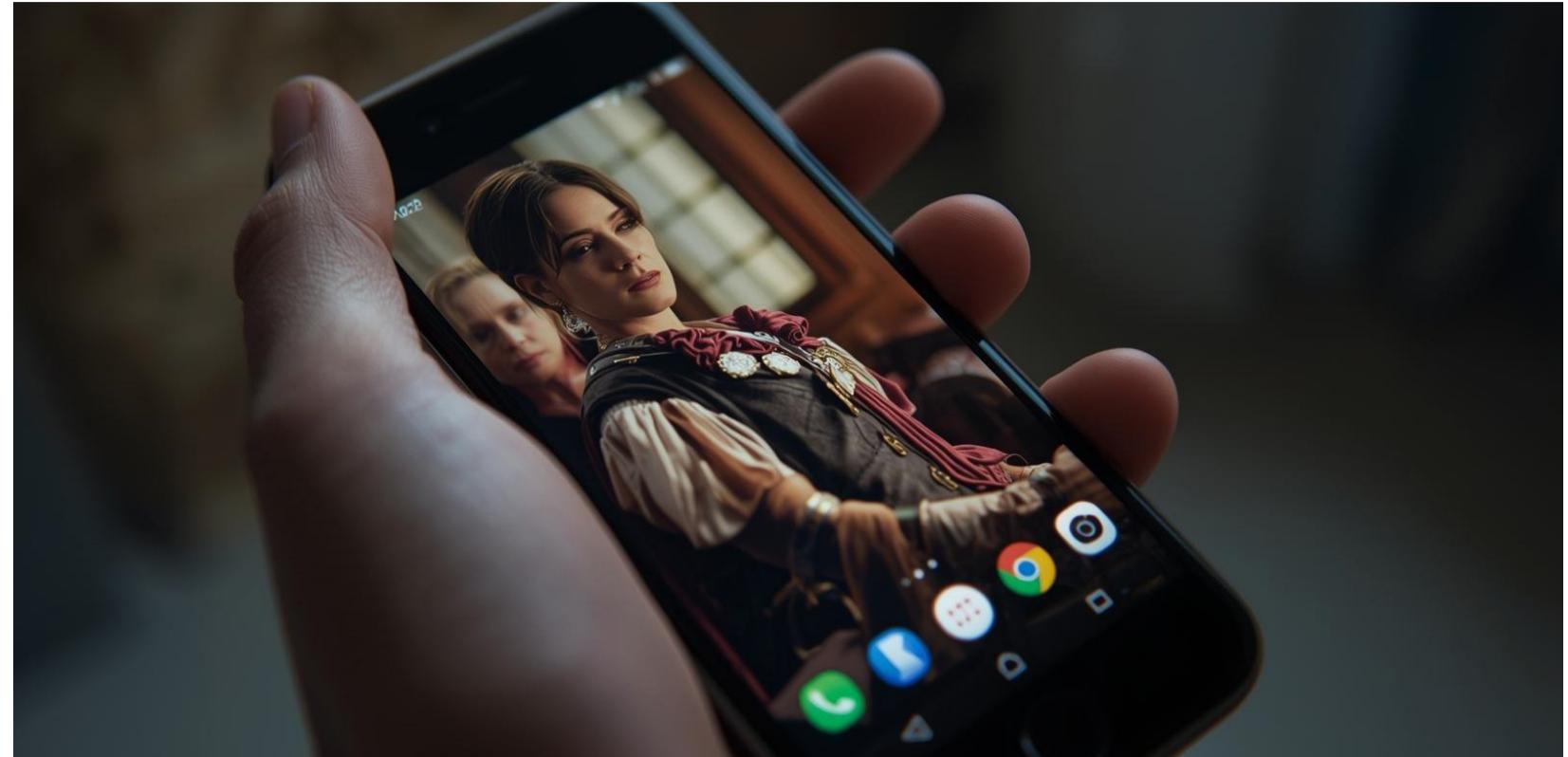
DIVULGAÇÃO

Se as novelas já estavam presentes nas televisões e aplicativos que possibilitam a audiência nos celulares agora há previsão para chegarem ao formato vertical (9:16).

Luiz Eduardo Rosa

Em a longa duração do modelo tradicional, o que já se encontra de informação é que as tramas serão adaptadas para a duração de 3 a 5 minutos cada capítulo. Se já não bastasse a adaptação da narrativa quanto a sua duração, o impacto chegou também ao elenco, na qual está a influencer, ex-BBB, Jade Picon.

Segundo notas da Globo à imprensa, dois pilotos estão sendo rodados como um em que o enredo é um triângulo amoroso entre duas amigas que disputam um rapaz rico, com o elenco confirmado além de Picon, estão também Débora Ozório e Daniel Rangel. Outro piloto, porém em formato horizontal (16:9) e destinado ao streaming é um drama sob a "caneta" de Walcyr Carrasco e Cris-tianne Fridman, inspirados nas narrativas de cinema



Mais tempo de tela

koreano, popularmente conhecido como Dorama. Sendo no total 60 capítulos de 30 minutos de duração.

Em "Vidas Paralelas" um playboy (André Luiz Frambach) é obrigado por seu pai (Marcelo Serrado) a trabalhar em um conceituado escritório de advocacia da família. Ele não revela que é filho do dono, porém tudo muda quando o herdeiro se apaixona pela personagem vivida pela atriz Giulia Buscacio, que entra na empresa para trans-

formar toda gestão. Este segundo piloto já está em gravação e sai para teste ainda este ano.

Pairam as dúvidas de como a Globo distribuirá este conteúdo, se adaptarão suas plataformas próprias (Globoplay, Gshow) ou também desdobrarão para terceiros como o próprio TikTok, Reelshot e outros. Segundo essa mesma remessa de informações da Emissora à imprensa, a estratégia é a versatilidade e integração com as novas

realidades de se consumir narrativas audiovisuais. Porém tanto o Dorama quanto o piloto no formato vertical, estarão em fase de teste, o que será analisado pela viabilidade ou não destes produtos audiovisuais.

COISA DE CINEMA

Novelas e outras narrativas audiovisuais têm como sua raiz o cinema, que trouxe as bases para a montagem da trama e as experiências de sensibilidade do público. "Hoje

o cinema está vindo para o Instagram como outras redes sociais, uma pequena comédia que você assista, poderá perceber que há uma preparação, um enredo, muito próximo à experiência com a sétima arte", explicou o gestor de marketing, Vagno Roberto.

"Atualmente as redes sociais têm um comportamento muito parecido com as emissoras de TV, uma concorrência de narrativas, porque seja a televisão ou as redes sociais o público

não vai para buscar produtos, mas sim para se entreter", explica Vagno. Se antes as TVs já eram sua forma de divulgação em si, atualmente utilizam fortemente as redes sociais até para buscar anunciantes para veicular comerciais em seus espaços na grade de programação.

* As entrevistas foram feitas no programa Audiovisuart, no canal do YouTube "Anaplaytv", no dia 15 de abril desde ano ao autor desta matéria.

ESPORTE

Em busca de mais uma vitória e da excelência no Campeonato Goiano Feminino

DIVULGAÇÃO

Cristiane Mateus

A Anapolina SAF largou na frente no futebol feminino e já está fazendo história em sua estreia no Campeonato Goiano de Futebol Feminino. Com pouco tempo de preparação, a equipe estreou em casa e conquistou um ponto importante diante do Flugoiânia.

O destaque da primeira partida foi a jovem atacante Dominick Abdala, que entrou para a história do clube ao marcar o primeiro gol da equipe feminina. O gol veio após um rebote de pênalti, e Dominick não desperdiçou a chance de deixar sua marca.

Na segunda rodada, as Pitbulls enfrentaram o Aliança fora de casa. Em uma partida marcada pela garra e resiliência, a equipe



Elas também são "xatas"

conquistou sua primeira vitória no campeonato, já nos acréscimos, somando até o momento qua-

tro pontos na tabela de classificação e ocupando a terceira posição.

Em vídeo publicado nas

redes sociais, a técnica da equipe, Jéssica Mayara, destacou a importância das duas partidas:

"Estreamos em casa com um empate em 1x1. Apesar do pouco tempo de treino, apenas um

com o grupo completo, tivemos muita entrega. Já no segundo jogo, enfrentamos uma grande equipe e conseguimos vencer fora de casa. Estamos fazendo história no clube. É a primeira vez que a Anapolina tem uma equipe feminina, e seguimos com os pés no chão, passo a passo."

Inicialmente, o projeto do time feminino estava previsto apenas para 2026. No entanto, mesmo com o tempo reduzido para a montagem do elenco, as atletas têm mostrado força, habilidade e determinação em campo, surpreendendo e superando expectativas.

O próximo desafio da Xata será neste domingo (28), às 9h30, contra o Planalto, no Estádio Aníbal Batista de Toledo.